

Artigo Original de Investigação

Prevalência da automedicação em profissionais de saúde

Prevalence of self-medication among healthcare workers

Inês Pissarra ^{1*}, Eugenia Gallardo ^{1,2}, Tiago Rosado ^{1,2}

¹ Universidade da Beira Interior, Faculdade de Ciências da Saúde, Centro de Investigação em Ciências da Saúde (CICS), 6200-506, Covilhã, ines.pissarra@hotmail.com, egallardo@fcsaude.ubi.pt, tiagorosadofful@hotmail.com

² Universidade da Beira Interior, Faculdade de Ciências da Saúde, UBIMedical, Laboratório de Fármaco-Toxicologia, 6200-506, Covilhã.

A automedicação é uma prática cada vez mais habitual nos dias de hoje realizada pela população em geral. Os profissionais de saúde destacam-se em relação à restante população, por possuírem conhecimentos e acesso facilitado aos medicamentos, propiciando o recurso à automedicação. O objetivo deste estudo foi o de avaliar a prevalência da prática de automedicação realizada pelos profissionais de saúde da Unidade Local de Saúde (ULS) da Guarda - Hospital Sousa Martins (HSM), Portugal.

Este estudo descritivo, observacional e transversal, foi realizado com recurso a questionários anónimos e confidenciais, aplicados aos profissionais de saúde da ULS da Guarda - HSM.

Dos 264 profissionais de saúde inquiridos, 74,6% praticam a automedicação, sendo a principal razão "Doenças/sintomas que não necessitam de intervenção médica" (30,9%). Verificou-se que 84,8% refere adquirir medicamentos sem receita médica. Os quadros clínicos mais frequentes, referidos pelos profissionais de saúde, são as dores de cabeça (17,1%) e as gripes/constipações (14,8%), e os medicamentos mais utilizados são os analgésicos (20,7%) e os anti-inflamatórios (17,5%).

A experiência profissional, conhecimentos e prática do dia-a-dia, dos profissionais de saúde, permitem que a automedicação seja praticada de forma responsável. No entanto a utilização de antibióticos e a aquisição de medicamentos nos serviços hospitalares poderão ter implicações éticas, financeiras e no âmbito da saúde pública.

Self-medication is currently an increasingly common practice among the general population. Healthcare workers (HCW) stand out in relation to the general population, since they have knowledge and easy access to medicines, promoting the use of self-medication. The objective of this study was to analyze the practice of self-medication performed by the HCW

at the Unidade Local de Saúde (ULS) of Guarda – Hospital Sousa Martins (HSM).

This cross-sectional, descriptive, and observation-based study was carried out using anonymous and confidential questionnaires, applied to the HCW of the ULS of Guarda – HSM.

Among the 264 HCW that were included in the study, 74.6% practiced self-medication. The main reason was “Illness/symptoms that do not require medical intervention” (30,9%). Notably, 84.8% HCW acquire medicines without prescription. The most reported pathological situations were headaches (17.1%) and common cold (14,8%), and the most consumed drugs were analgesics (20.7%) and anti-inflammatories (17,5%).

The professional experience, knowledge and daily practice of HCW allow them to practice self-medication in a responsible way. However, the consumption of antibiotics and the acquisition of medicines in hospital services might have public health, ethical and financial concerns.

PALAVRAS-CHAVE: Automedicação; profissionais de saúde; prevalência.

KEY WORDS: Self-medication; healthcare workers; prevalence.

Submetido em 11 maio 2017; Aceite em 10 setembro 2017; Publicado em 30 novembro 2017.

* **Correspondência:** Inês Pissarra.

Morada: Morada: 6200-506, Covilhã, Avenida Infante D. Henrique. **Email:** ines.pissarra@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A legislação portuguesa define medicamento como ‘toda a substância ou associação de substâncias apresentadas como possuindo propriedades curativas ou preventivas de doenças em seres humanos, ou dos seus sintomas; ou que possa ser utilizada ou administrada no ser humano com vista a estabelecer um diagnóstico médico; ou, exercendo uma ação farmacológica, imunológica ou metabólica, a restaurar, corrigir ou modificar as funções fisiológicas’¹ (p. 6300), pelo que os medicamentos desempenham um papel muito importante no que toca a proteger, manter e restaurar a saúde da população.

A definição de automedicação não é consensual para todos os autores. Em Portugal, o Despacho nº 17690/2007, de 23 de julho, define automedicação como ‘a utilização de medicamentos não sujeitos a receita médica (MNSRM) de forma responsável, sempre que se destine ao alívio e tratamento de queixas de saúde passageiras e sem gravidade, com a

assistência ou aconselhamento opcional de um profissional de saúde’²(p. 22849).

Por outro lado, a Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu automedicação como a seleção e utilização de medicamentos por indivíduos, para tratar doenças e sintomas autodiagnosticados.

Sá, Barros e Sá (2007) referem que ‘a automedicação é um procedimento caracterizado pela iniciativa do doente, ou de seu responsável, em obter ou produzir e utilizar um produto que acredita que lhe trará benefícios no tratamento de doenças ou alívio dos sintomas’⁴ (p. 76).

No entanto existem outros autores e publicações que referem que a automedicação não se limita a MNSRM, englobando também os medicamentos sujeitos a receita médica (MSRM), como são os casos de Ignácio de Loyola Filho et al. (2002)⁵ que consideram a automedicação como o consumo de um medicamento, independentemente da prescrição médica; de Baggio e Formaggio (2009),⁶ que referem que a automedicação é realizada sem indicação e receita médica; e ainda Albarrán e Zapata (2008)⁷, que

indicam que automedicação é a utilização de medicamentos que não foram prescritos por um profissional de saúde habilitado. De facto, a OMS reporta que a compra de MSRM sem a respetiva receita é bastante mais comum do que a compra de MNSRM⁸.

No Boletim Terapêutico Andaluz encontra-se uma publicação onde é referido que o conceito de automedicação tem variado ao longo do tempo. Inicialmente apenas considerava os MNSRM. No entanto, esta definição tem evoluído para incluir também os medicamentos sujeitos a receita médica, as plantas medicinais e as infusões, de entre outros⁹. Numa outra dimensão, Khantzian (1997)¹⁰, relaciona a automedicação com dependências e consumo de substâncias de abuso, referindo que os fatores da automedicação ocorrem em indivíduos com problemas de afeto, de autoestima, de relacionamento e autocuidado.

Deste modo, o principal objetivo deste estudo consiste em analisar a prática de automedicação realizada pelos profissionais de saúde da Unidade Local de Saúde (ULS) da Guarda - Hospital Sousa Martins.

MÉTODO

Foi realizado um estudo do tipo descritivo observacional e transversal com recurso a questionários anónimos e confidenciais aplicados a 264 profissionais de saúde da ULS da Guarda - Hospital Sousa Martins. A amostra foi calculada para um intervalo de confiança de 95% e para uma frequência de 50%, tendo por base o número de profissionais de saúde. Assumiu-se uma frequência de 50% ($p=50\%$) uma vez que se desconhece a prevalência da automedicação em profissionais de saúde portugueses. O p refere-se à “proporção” na fórmula matemática usada para calcular a amostra através da população total.

O questionário de autopreenchimento anónimo e confidencial foi constituído por duas partes. A primeira incluía questões abertas e fechadas, relativas

às características sociodemográficas do inquirido. A segunda era igualmente constituída por questões abertas e fechadas, mas relativas à prática da automedicação.

O questionário foi desenvolvido com base em diversos trabalhos realizados na área da automedicação, tendo os diversos itens sido adaptados para satisfazer os objetivos deste estudo^{9,11-18}.

Este projeto foi aprovado pela Comissão de Ética da ULS da Guarda. Os questionários foram distribuídos em papel aos profissionais de saúde, juntamente com a declaração de consentimento informado, entre os meses de junho e setembro de 2016, nos diversos serviços hospitalares de modo a obter-se uma amostra mais diversificada.

Foram definidos como critérios de inclusão: ser profissional de saúde e estar em serviço na ULS da Guarda, não tendo sido excluído nenhum questionário, uma vez que todos cumpriram os critérios de inclusão. Neste estudo a variável independente é a automedicação.

A análise dos dados obtidos e o tratamento estatístico dos mesmos foram realizados com o programa informático Statistical Package for Social Sciences (SPSS) versão 24. Foi realizada uma análise descritiva dos dados recolhidos, obtendo-se as médias, desvios-padrão, máximos, mínimos e frequências. Foi também realizado o cruzamento entre algumas variáveis recorrendo à estatística inferencial.

RESULTADOS

Características sociodemográficas dos participantes

Relativamente aos fatores sociodemográficos, verificou-se que, dos 264 profissionais de saúde da ULS da Guarda-Hospital Sousa Martins que constituíram a amostra, 208 (78,8%) eram do sexo feminino e 56 (21,2%) do sexo masculino. A idade dos participantes variou entre os 20 anos e os 66 anos, estando a maioria compreendida entre os 31 e os 40

anos (33,7%), com uma média de 40,88 anos. A mediana foi de 40,00 e o desvio padrão de 10,67, sendo que os intervalos das faixas etárias considerados foram: 20-30 anos (18,9%, n=50), 31-40 anos (33,7%, n=89), 41-50 anos (24,6%, n=65) e 61-66 anos (22,7%, n=60).

A maior parte dos participantes são enfermeiros(as) - 59,1%, n=156, seguindo-se os técnicos auxiliares de saúde (TAS) - 22,4%, n=59 e os médicos (7,6%, n=20), o que significa que a amostra é constituída, principalmente, por profissionais licenciados (63,3%, n=167).

Automedicação

A maior parte dos profissionais entende que a automedicação é “medicar-se a si mesmo sem a supervisão de outro profissional de saúde para tratar uma doença” (40,1%, n=125). Foi registada uma prevalência de automedicação de 74,6% (n=197), sendo que, a principal razão para recorrer a esta prática, foi a de “doenças/sintomas que não necessitam de intervenção médica” (30,9%, n=98). Por outro lado, a principal razão para não praticar a automedicação foi a do “risco do uso indevido dos medicamentos” (47,2%, n=34).

Dos profissionais de saúde que praticam a automedicação, 66,7% (n=170) mencionaram adquirir os medicamentos para consumo próprio, 71,9% (n=182) em farmácias, e a grande maioria (84,8%, n=167) referiu adquiri-los sem receita médica. Todas estas percentagens referem-se ao número total de praticantes de automedicação, ou seja n=197 (74,6%). Os profissionais de saúde a que estas percentagens dizem respeito são todos os considerados neste estudo: Farmacêuticos, Enfermeiros, Médicos, Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica, Técnicos Auxiliares de Saúde, Nutricionistas e Fisioterapeutas.

As situações clínicas mais referidas entre os profissionais de saúde, para praticar a automedicação, foram as dores de cabeça (17,1%, n=165), as gripes e constipações (14,8%, n=143), a febre (11,0%, n=106), as dores de garganta (10,1%, n=97) e as dores

musculares (10,0%, n=96). As categorias de medicamentos mais consumidas pelos profissionais de saúde foram a dos analgésicos (20,7%, n=153), seguindo-se a dos anti-inflamatórios (17,5%, n=129) e a dos antipiréticos (12,9%, n=95). Os medicamentos para gripes e constipações correspondem apenas a 10,7% (n=79). A diferença entre os valores referentes às gripes e constipações pode dever-se ao facto de 14,8% dos participantes se automedicar nestas situações, mas apenas 10,7% adquirem medicamentos específicos para estas situações clínicas.

A grande maioria dos inquiridos (67,1%, n=177) não considera correta a prática de automedicação, enquanto 29,9% (n=79) considera correta esta prática. Os restantes 3,0% (n=8) não manifestaram a sua opinião.

Pela análise da tabela 1, verifica-se que os profissionais de saúde que mais praticam a automedicação, são do sexo masculino (85,7%), com idades compreendidas entre os 31 anos e os 40 anos (83,1%). Destacam-se a nível profissional os médicos (85,0%), a nível de escolaridade os profissionais detentores de mestrado (87,9%) e com uma experiência profissional entre seis e 10 anos (92,9%).

DISCUSSÃO

Neste estudo foi avaliada a prevalência da automedicação nos profissionais de saúde da ULS da Guarda-Hospital Sousa Martins, obtendo-se uma prevalência de 74,6%. Este valor é semelhante ao apresentado por Ali et al. (2012)¹⁴ num estudo realizado com profissionais de saúde, cuja prática de automedicação se encontrava em 77,6%.

No estudo realizado por Ali et al. (2012)¹⁴ a principal razão para não praticar a automedicação foi a do “receio de reações adversas aos medicamentos”, enquanto a principal razão para a praticar foi a da “familiarização com as opções de tratamento”. Por outro lado, no estudo realizado por Bermúdez e Galán (2012)¹⁶ em enfermeiros e estudantes de enfermagem, a principal razão para praticar a

automedicação foi a “falta de tempo”. Estes dados diferem dos obtidos neste estudo, provavelmente, devido ao facto da população ser diferente.

Barros, Griep, e Rotenberg (2009)¹⁵, chegaram a uma percentagem de 24,2% de aquisição e utilização de medicamentos sem a respetiva receita médica, num estudo realizado em enfermeiros, sendo este um valor bastante inferior ao encontrado neste estudo. Esta diferença de valores pode dever-se ao facto do trabalho realizado por estes autores se ter focado apenas numa categoria profissional e não nos profissionais de saúde, em geral. No entanto, é necessário realçar que 84,8% (valor referente ao número de profissionais de saúde que adquire medicamentos sem a respetiva receita médica) é uma percentagem muito elevada, podendo dever-se ao facto de as farmácias facilitarem a venda de MSRM sem a respetiva receita, tal como é demonstrado num estudo realizado pela Defesa do Consumidor (DECO), onde 14% dos inquiridos referiu ter adquirido MSRM sem apresentar a respetiva prescrição, incluindo ansiolíticos e antibióticos¹⁹. Apesar disto, a Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde (INFARMED) relembra que os MSRM só podem ser dispensados mediante apresentação da receita médica, pelo que deveria existir um maior controlo na dispensa deste tipo de medicamentos²⁰.

Os estudos apresentados por Ali et al. (2012)¹⁴ e Bermúdez e Galán (2012)¹⁶, identificaram as dores de cabeça como a principal causa de automedicação com 15,7% e 43,8% respetivamente. Esses estudos apontam também as gripes e constipações como as segundas causas de automedicação, tendo igualmente a febre e as dores em geral incidências elevadas, tal como é demonstrado nos resultados aqui obtidos.

Segundo a literatura, os grupos terapêuticos mais comumente utilizados na automedicação são - os analgésicos, as preparações para a tosse e constipação (de aplicação nasal e sistémica), os anti-inflamatórios e antirreumáticos, as vitaminas e os suplementos minerais^{9,14-16,21-23}. Frequentemente são usadas preparações dermatológicas e outros medicamentos que atuam no sistema digestivo, como os antiácidos, os antiespasmódicos e os

antidiarreicos)^{5,21,22,24}.

Quanto aos medicamentos sujeitos a receita médica, os antibióticos são o grupo mais utilizado, tal como demonstram os estudos de Kregar e Filinger (2005)²⁴. Neste sentido, Richman et al. (2001)²⁵ realizaram um estudo focado no consumo de antibióticos sem receita médica, sendo que, 43% dos inquiridos, referiu ter tomado antibióticos sem consultar um médico. Neste estudo apenas se obteve uma percentagem de utilização de antibióticos, durante a prática de automedicação, de 2,4%, sendo este valor inferior ao obtido por Richman et al. (2001) – de 43%, por Martins de Oliveira e Pelógia (2011)²⁶ - 9,1% e por Tejashree, Sarala, e Benfalorkar (2014)²⁷ - cerca de 63%. Tal diferença de valores pode dever-se, primeiramente ao facto de os resultados aqui apresentados serem fruto de um estudo realizado em profissionais de saúde que, derivado da sua formação e experiência, possuem mais conhecimentos científicos e farmacológicos, e não na população em geral, como é o caso do estudo de Richman et al. (2001), mas também devido ao controlo mais apertado exercido nas farmácias ao longo dos anos, no que se refere à venda de antibióticos sem receita médica, resultando nas diferenças verificadas com os estudos de Martins de Oliveira e Pelógia, em 2011 e de Tejashree, Sarala e Bengalorkar, em 2014.

Relativamente à aceitação da automedicação, verifica-se que os resultados aqui obtidos são bastante diferentes dos obtidos por Abay e Amelo (2010)¹¹. Neste estudo, a percentagem de profissionais de saúde que não considera correta a automedicação, foi de 67,1%, enquanto a obtida por Abay e Amelo (2010), foi 41,5%. Estas diferenças podem dever-se ao facto de o estudo realizado por estes autores ter considerado uma população estudantil que ainda não tem experiência profissional e não conhece todos os riscos inerentes a esta prática.

Os estudos realizados em profissionais de saúde demonstraram uma maior prevalência nos médicos, com experiência profissional superior a 40 anos^{14,15,23,28}. Estes dados são semelhantes aos obtidos nesta investigação, com exceção da experiência profissional, (obteve-se uma prevalência de

automedicação superior em indivíduos com experiência profissional entre seis e 10 anos).

CONCLUSÃO

Com este estudo é possível concluir que a prevalência de automedicação nos profissionais de saúde é bastante elevada. No entanto, devido à sua experiência profissional, conhecimentos e prática do dia-a-dia, permitem que a automedicação seja praticada de forma responsável, uma vez que se verifica que os medicamentos com maior percentagem de resposta são aqueles que podem ser utilizados nos problemas de saúde mais mencionados.

Por outro lado, é necessário realçar dois dos resultados obtidos neste estudo. Em primeira instância, o uso de antibióticos, uma vez que esta classe de medicamentos nunca deveria ser utilizada sem receita médica, ainda que por profissionais de saúde, devido às consequências que podem advir do seu uso incorreto, tais como a crescente resistência a antibióticos e antimicrobianos.

Subsequentemente, o facto de alguns profissionais terem referido adquirir medicamentos nos serviços hospitalares, tendo em conta que os locais indicados para aquisição de medicamentos são as farmácias e parafarmácias, sendo que os serviços hospitalares dispõem de medicamentos para serem consumidos apenas pelos utentes desses serviços.

Futuramente, seria interessante alargar este estudo a outras unidades hospitalares do país, a fim de consolidar os dados aqui referidos e obter dados mais representativos e atuais da prática de automedicação por profissionais de saúde. Seria também importante realizar mais estudos desta índole, uma vez que são poucos os realizados nesta área, sendo o último que aborda a relação dos profissionais de saúde com a automedicação datado de 2014.

REFERÊNCIAS

1. Portugal, Ministério da Saúde, Decreto-Lei n.º 176/2006 [Online], N.º 167, Série I, 30 de agosto de 2006 [citado 2017 Set 10]. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/540322>
2. Portugal, Ministério da Saúde, Despacho n.º17690/2007 [Online], N.º 154, Série II, 10 de agosto de 2007 [citado 2017 Set 10]. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/3189759>
3. World Health Organization [WHO]. The Role of the Pharmacist in Self-Care and Self-Medication [Internet]. 1998 [citado 2017 Set 10]. Disponível em: <http://apps.who.int/medicinedocs/en/d/Jwhozip32e/#Jwhozip32e>
4. Barros e Sá, Cabral de Barros, Sá. Automedicação em idosos na cidade de Salgueiro-PE. Rev Bras Epidemiol [periódico online]. 2007 [2017 Set 10]; 10: 75–85. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1415-790X2007000100009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt
5. Ignácio de Loyola Filho, Uchoa, Guerra, Firmo, Lima-Costa. Prevalência e fatores associados à automedicação: Resultados do projeto Bambuí. Rev Saude Publica [periódico online]. 2002 [citado 2017 Set 10]; 36: 55–62. Disponível em: http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S0034-89102002000100009&pid=S0034-89102002000100009&pdf_path=resp/v36n1/8116.pdf&lang=pt
6. Baggio, Formaggio. Automedicação: Desvelando o descuidado de si dos profissionais de Enfermagem. Rev enferm UERJ [periódico online]. 2009 [citado 2017 Set 10]; 17: 224–8. Disponível em: <http://www.facenf.uerj.br/v17n2/v17n2a15.pdf>
7. Albarrán, Zapata. Analysis and quantification of self-medication patterns of customers in community pharmacies in southern Chile. Pharmacy World & Science. 2008; 30: 863–8.
8. Chang, Trivedi. Economics of self-medication: Theory and evidence. Health Economics. 2003; 12: 721–39.
9. Centro de Información de Medicamentos [CADIME]. Automedicación: Riesgos y beneficios. Boletín Terapéutico Andaluz [periódico online]. 1996 [citado 2017 Set 10]; 12: 17–8. Disponível em: http://www.cadime.es/docs/bta/CADIME_BTA1996_12_5.pdf
10. Khantzian. The self-medication hypothesis of substance use disorders: A reconsideration and recent applications. Harvard Review of Psychiatry [Internet]. 1997 [citado 2017 Set10]; 4: 231–44.
11. Abay, Amelo. Assessment of self-medication practices among medical, pharmacy, and health science students in Gondar University, Ethiopia. J Young Pharm [Internet]. 2010; 2: 306–10. Disponível em: http://www.jyoungpharm.org/sites/default/files/10.4103_0975-1483.66798.pdf
12. Afridi, Rasool, Tabassum, Shaheen, Siddiquillah, Shujaiddin.

- Prevalence and pattern of self-medication in Karachi: A community survey. *Pak J Med Sci* [periódico online]. 2015 [citado 2017 Set 10]; 31: 1241–5. Disponível em: <https://www.pjms.com.pk/index.php/pjms/article/view/8216/3678>
13. Alam, Saffoon, Uddin. Self-medication among medical and pharmacy students in Bangladesh. *BMC Res Notes* [Internet]. 2015; 8: 1–6. Disponível em: <https://bmresnotes.biomedcentral.com/track/pdf/10.1186/s13104-015-1737-0?site=bmresnotes.biomedcentral.com>
14. Ali, Kai, Keat, Dhanaraj. Self-medication practices among health care professionals in a private university, Malaysia. *International Current Pharmaceutical Journal* [Internet]. 2012; 1: 302–10. Disponível em: <https://www.banglajol.info/index.php/ICPJ/article/view/11846/8673>
15. Barros, Griep, Rotenberg. Automedicação entre os trabalhadores de Enfermagem de hospitais públicos. *Rev Lat-am Enfermagem* [periódico online]. 2009 [citado 2017 Set 10]; 17. Disponível em: http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S0104-11692009000600014&pid=S0104-11692009000600014&pdf_path=rlae/v17n6/pt_14.pdf&lang=pt
16. Bermúdez, Galán. Factores que influyen en la automedicación del personal de enfermería a nivel técnico y de estudiantes. *Enf Neurol (Mex)* [Internet]. 2012 [citado 2017 Set 10]; 11: 120–8. Disponível em: <http://www.medigraphic.com/pdfs/enfneu/ene-2012/ene123b.pdf>
17. Guedes de Brito. Automedicação dos profissionais de saúde: Uma revisão de literatura. Monografia em Especialização em Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde [Online]. Recife: Fundação Oswaldo Cruz, Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Departamento de Saúde Coletiva; 2010 [citada 2017 Set 10]. Disponível em: <http://www.cpqam.fiocruz.br/bibpdf/2010brito-eg.pdf>
18. Silva, Rodrigues. Automedicação entre estudantes de cursos da área de saúde. *Rev Bras Farm* [periódico online]. 2014 [citado 2017 Set 10]; 95: 961–75. Disponível em: <http://www.rbfarma.org.br/files/697--Automedicao-entre-estudantes-de-cursos-da-area-de-saude.pdf>
19. DECO PROTESTE. Farmácias: Portugueses satisfeitos com o serviço [Internet]. c2017 [citado 2017 Set 10]. Disponível em: <https://www.deco.proteste.pt/saude/hospitais-servicos/noticias/farmacias-portugueses-satisfeitos-com-o-servico>
20. INFARMED. Perguntas Gerais de Medicamentos de Uso Humano [Internet]. c2016 [citado 2017 Set 10]. Disponível em: [http://www.infarmed.pt/web/infarmed/institucional/documentacao_e_informacao/informacao-tematica?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_returnToFullPageURL=http%3A%2F%2Fwww.infarmed.pt%2Fweb%2Finfarmed%2Finstitucional%2Fdocumentacao_e_informacao%2Finformacao-tematica%3Fp_auth%3DPNwJlPn%26p_p_id%3D3%26p_p_lifecycle%3D1%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_state_rcv%3D1&_101_assetEntryId=1209859&_101_type=content&_101_urlTitle=medicamentos-uso-huma-2&inheritRedirect=false&redirect=http%3A%2F%2Fwww.infarmed.pt%2Fweb%2Finfarmed%2Finstitucional%2Fdocumentacao_e_informacao%2Finformacao-tematica%3Fp_auth%3DPNwJlPn%26p_p_id%3D3%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dmaximized%26p_p_mode%3Dview%26_3_advancedSearch%3Dfalse%26_3_keywords%3D%26_3_paginationPhase%3Dtrue%26_3_delta%3D10%26_3_resetCur%3Dfalse%26_3_cur%3D1%26_3_struts_action%3D%252Fsearch%252Fsearch%26_3_assetTagNames%3Dpor%2Bclassificar%26_3_andOperator%3Dtrue](http://www.infarmed.pt/web/infarmed/institucional/documentacao_e_informacao/informacao-tematica?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_returnToFullPageURL=http%3A%2F%2Fwww.infarmed.pt%2Fweb%2Finfarmed%2Finstitucional%2Fdocumentacao_e_informacao%2Finformacao-tematica%3Fp_auth%3DPNwJlPn%26p_p_id%3D3%26p_p_lifecycle%3D1%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_state_rcv%3D1&_101_assetEntryId=1209859&_101_type=content&_101_urlTitle=medicamentos-uso-huma-2&inheritRedirect=false&redirect=http%3A%2F%2Fwww.infarmed.pt%2Fweb%2Finfarmed%2Finstitucional%2Fdocumentacao_e_informacao%2Finformacao-tematica%3Fp_p_id%3D3%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dmaximized%26p_p_mode%3Dview%26_3_advancedSearch%3Dfalse%26_3_keywords%3D%26_3_paginationPhase%3Dtrue%26_3_delta%3D10%26_3_resetCur%3Dfalse%26_3_cur%3D1%26_3_struts_action%3D%252Fsearch%252Fsearch%26_3_assetTagNames%3Dpor%2Bclassificar%26_3_andOperator%3Dtrue)
21. Bortolon, Ferreira de Medeiros, Naves, Karnikowski, Nóbrega. Análise do perfil de automedicação em mulheres idosas brasileiras. *Ciência & Saúde Coletiva* [periódico online]. 2008 [2017 Set 10];13: 1219–26. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-81232008000400018&lng=en&nrm=iso&tling=pt
22. Mendes, Martins, Miranda, Soares, Ferreira, Nogueira. Prevalência da automedicação na população urbana portuguesa. *Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas* [periódico online]. 2004 [citado 2017 Set 10]; 40: 21–5. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcf/v40n1/05.pdf>
23. Tomasi, Sant’Anna, Oppelt, Petrini, Pereira, Sassi. Condições de trabalho e automedicação em profissionais da rede básica de saúde da zona urbana de Pelotas, RS. *Revista Brasileira de Epidemiologia* [periódico online]. 2007 [2017 Set 10];10: 66–74. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepid/v10n1/07.pdf>
24. Kregar, Filinger. ¿Qué se entiende por automedicación? *Acta Farm Bonaerense* [periódico online]. 2005 [citado 2017 Set 10]; 24: 130–3. Disponível em: http://www.latamjpharm.org/trabajos/24/1/LAJOP_24_1_6_2_5 ROG2AU4L2.pdf
25. Richman, Garra, Eskin, Nashed, Cody. Oral antibióticos use without Consulting a physician: A survey of ED patients. *The American Journal of Emergency Medicine*. 2001; 19:57–60.
26. Martins de Oliveira, Pelógia. Cefaleia como principal causa de automedicação entre os profissionais da saúde não prescritores. *Rev Dor* [periódico online]. 2011 [citado 2017 Set 10];12: 99–103. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rdor/v12n2/v12n2a04.pdf>
27. Tejashree, Sarala, Bengalorkar. Evaluation of Self medication Practice among medical and non medical individuals. *Research Journal of Pharmaceutical, Biological and Chemical sciences* [periódico online]. 2014 [citado 2017 Set 10]; 5: 212–8. Disponível em [https://www.rjpbcs.com/pdf/2014_5\(1\)/%5B24%5D.pdf](https://www.rjpbcs.com/pdf/2014_5(1)/%5B24%5D.pdf)

28. Montgomery, Bradley, Rochfort, Panagopoulou. A review of self-medication in physicians and medical students. *Occupational Medicine* [periódico online]. 2011 [2017 Set 10]; 61:490–7. Disponível em: https://watermark.silverchair.com/kqr098.pdf?token=AQECAHi208BE49Ooan9kKhW_Ercy7Dm3ZL_9Cf3qfKAc485ysgAAAaowggGmBgkqhkiG9w0BBwagggGXMIIbkwIBADCCAYwGCSqGSib3DQEHATAeBgIghkgBZQMEAS4wEQQMxJuYvAATNNKilbv7AgEQglIBXZqPQ7jXR5InVeq0fDJbcwGIoc0_ji1f1PSiKBhrbUsgM-NNmEMI59rG8kme1JANCQddgFD50F_sJAXXpEiZFxYtSMHO-rjoOit0z9wWmCQGoZqvvs8cKgEbQx5aDIk07YHgJqn9XgHgB_FGzsAw8ET3XoRiBZaN65Wo2hc5ZJR2zeL-A8k-P_MKe0oh0gU7u-w8oTX-08gs7Kphx60mUOsflDwz_TRcpP1PYS9i_HeiLwH1cDqdm3uRzBcUoD0tQVR9FYdIIckg3cCeCoAJOP5h-xTBb7p_sMcZsDrS_PBbsbVxy-GLIHpAJdDw6Cy01GSbY98R1PoxppqfXbkzNdsA-20oZUcu11jd1Q89xeaT-ezGy_vc4voeu046qZ51uKewb9UZwzS9uuOD6fNjISDp2Ht-XFtFgSUWQnQ1jQFxoGBX6J2vMgWJY2yRpxF56DHPJzUJfaqKOT5DY

Tabela 1 – Relação entre os fatores sociodemográficos e a prática de automedicação.

Variáveis		Prática a automedicação?		p
		Não	Sim	
Sexo	Feminino	28,4%	71,6%	0,032
	Masculino	14,3%	85,7%	
Faixa etária	20-30 anos	22,0%	78,0%	0,036
	31-40 anos	16,9%	83,1%	
	41-50 anos	36,9%	63,1%	
	51-66 anos	28,3%	71,7%	
Profissão	Enfermeiro(a)	19,2%	80,8%	0,001
	Médico(a)	15,0%	85,0%	
	Técnico auxiliar de saúde	45,8%	54,2%	
	Outra	24,1%	75,9%	
Nível de escolaridade	12º ano	58,8%	41,2%	0,000
	Licenciatura	20,4%	79,6%	
	Mestrado	12,1%	87,9%	
	Outra	33,3%	66,7%	
Experiência profissional	≤ 1 ano	50,0%	50,0%	0,020
	2-5 anos	23,8%	76,2%	
	6-10 anos	7,1%	92,9%	
	11-15 anos	28,1%	71,9%	
	16-20 anos	21,1%	78,9%	
	21-30 anos	30,0%	70,0%	
	31-40 anos	23,8%	76,2%	
	≥ 40 anos	33,3%	66,7%	